

● Política

24 FEVEREIRO 1983

CONGRESSO NACIONAL

PDS quer ser informado sobre os temas em pauta

por Walter Marques
de Brasília

O PDS solicitou aos ministros que municiem o partido de informações sobre assuntos como o acordo com o Fundo Monetário Internacional, a maxidesvalorização cambial, o endividamento externo, as transações do BNH com a Caderneta de Poupança Delfin e o caso da Capem. O senador Aloyzio Chaves, líder do governo no Senado, falando ontem sobre a iniciativa de seu partido, afirmou que as informações deverão servir para que se estabeleça uma escala de oradores, que irão expor ao Congresso Nacional as decisões tomadas pelo governo.

Segundo Chaves, é desejo do governo que os ministros compareçam ao Congresso Nacional, e eles poderão vir a fazê-lo, tanto por sua própria iniciativa quanto a convite ou mediante convocação do Congresso Nacional, mas, conforme o senador, isto deverá evoluir em estreita relação com o desenvolvimento do debate. O decreto-lei que reduz os salários não foi incluído entre os temas sobre os quais as lideranças parlamentares do governo pediram informações aos ministros, porque, segundo Chaves, o seu texto, acompanhado de longa exposição de motivos, já foi enviado ao Congresso Nacional.

Enquanto o governo e o PDS se preparam para o início dos trabalhos parlamentares, orientados pela inevitável abordagem dos



Aloyzio Chaves

temas mais polêmicos, ligados à crise econômica e à política econômica oficial, na oposição já se têm engatilhados quatro requerimentos, para a constituição de comissões parlamentares de inquérito. O deputado Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara dos Deputados, prepara-se para apresentá-las na reunião das lideranças partidárias com o presidente da Casa, deputado Flávio Marcílio, na próxima segunda-feira, mas existe também a possibilidade de uma dessas comissões — podem ser instaladas no máximo cinco CPI por sessão legislativa — ser cedida aos pequenos partidos, como reconheceu Freitas Nobre.

Entre essas comissões é definitivamente certo que não haverá nenhuma que trate do caso Baumgarten. A decisão do governo é torpedear toda e qualquer iniciativa nesse sentido. O

único partido oposicionista que ensaiou fazê-lo foi o PT, sem conseguir o apoio do PTB. A CPI do caso Baumgarten foi esvaziada, no entanto, principalmente pelo "partido invisível", que, segundo o deputado Prisco Viana, secretário geral do PDS, é formado por homens sensatos da oposição e também do PDS que se preocupam com os destinos do Poder Legislativo e se reúnem apenas quando algum assunto de extrema gravidade o exige.

PRORROGAÇÃO

Mas os líderes parlamentares preocupam-se ainda com a questão da prorrogação dos mandatos dos diretores municipais e estaduais de seus partidos. O projeto do deputado Nilson Gibson pretende que esta questão se torne de economia interna dos partidos e já conta com o apoio do PTB. No PMDB ainda não há uma posição claramente definida, mas há a disposição de dialogar sobre o assunto com a liderança do PDS. Freitas Nobre sustenta, no entanto, que a maioria de sua bancada é contrária à prorrogação dos mandatos. No PDS, Aloyzio Chaves considera que é preciso estabelecer um prazo definido para os mandatos eventualmente prorrogados.

COMISSÕES

Na Câmara dos Deputados ainda não há uma definição sobre quais das dezoito comissões permanentes da Casa ficarão com o PDS e quais ficarão com o PMDB. No PDS, segundo tem afirmado o deputado Nélson Marchezan, existe a disposição de ceder a Comissão de Fiscalização Financeira, solicitada pelo PTB, com a condição de que o PMDB ceda ao partido do governo a Comissão de Economia. No PMDB, Freitas Nobre, ironicamente, diz-se disposto a ceder ao PDS a Comissão de Economia se o partido do governo passar ao PMDB a Comissão de Constituição e Justiça, considerada a mais importante. Freitas Nobre admite ainda a possibilidade de ceder a presi-

dência de uma das comissões do PDT. Tudo está dependendo de negociações que deverão ser retomadas formalmente na próxima segunda-feira.

No Senado, segundo Aloyzio Chaves, já está definido que o PDS ficará com a presidência de onze comissões permanentes e o PMDB terá a direção em cinco delas. As comandadas pelo PDS terão na vice-presidência senadores do PMDB, tendo sido adotado idêntico critério naquelas que forem dirigidas pelo PMDB.